

ANEXO I - A1
GOVERNO DO ESTADO DA BAHIA
LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS 2016
ANEXO DE METAS FISCAIS
METAS ANUAIS 2016 a 2018
(Art. 4º, § 1º, da LC nº 101/00)

R\$ 1.000,00

Especificação	2016			2017			2018		
	Valor Corrente (A)	Valor Constante (*)	% PIB (A/PIB) x 100	Valor Corrente (B)	Valor Constante (*)	% PIB (B/PIB) x 100	Valor Corrente (C)	Valor Constante (*)	% PIB (C/PIB) x 100
Receita Total	42.674.101	40.449.402	17,94	43.596.422	39.544.584	17,03	45.951.222	39.885.398	16,52
Receitas Primárias (I)	38.870.709	36.844.289	16,34	41.168.106	37.341.955	16,08	43.739.771	37.965.871	15,72
Despesa Total	42.674.101	40.449.402	17,94	43.596.422	39.544.584	17,03	45.951.222	39.885.398	16,52
Despesas Primárias (II)	40.859.499	38.729.399	17,18	41.735.393	37.856.518	16,30	44.014.791	38.204.587	15,82
Resultado Primário (III) = (I - II)	(1.988.790)	(1.885.110)	(0,84)	(567.287)	(514.564)	(0,22)	(275.020)	(238.716)	(0,10)
Resultado Nominal	(1.434.465)	(1.359.683)	(0,60)	800.826	726.397	0,31	315.910	274.208	0,11
Dívida Pública Consolidada	19.916.303	18.878.020	8,37	20.051.129	18.187.583	7,83	19.748.039	17.141.185	7,10
Dívida Consolidada Líquida	14.576.303	13.816.407	6,13	15.377.129	13.947.983	6,01	15.693.039	13.621.468	5,64
Receitas Primárias advindas de PPP (IV)	0	0		0	0		0	0	
Despesas Primárias advindas de PPP (V)	538.069	497.579		646.600	555.528		705.550	557.761	
Impacto do Saldo das PPP (VI) = (IV - V)	(538.069)	(497.579)		(646.600)	(555.528)		(705.550)	(557.761)	

Fonte: Seplan/SPO e Sefaz

(*) Preços médios esperados em 2015 com base na projeção do IGP-DI

As metas fiscais previstas para o período 2016-2018 demonstradas no quadro acima tiveram seus cálculos desenvolvidos conforme a metodologia descrita a seguir.

Memória e Metodologia de Cálculo da Receita (2016-2018)

As receitas, cujos valores serviram de referência para o estabelecimento das metas fiscais para o Governo da Bahia, no período de 2016 a 2018, foram estimadas utilizando-se, em grande parte, a mesma metodologia adotada em anos anteriores.

Para subsidiar as estimativas das receitas do Tesouro Estadual para este triênio, em especial daquelas chamadas de suporte de receita (impostos do Estado, incluindo os transferidos pela União e os *Royalties*), adotou-se os procedimentos descritos detalhadamente a seguir:

I - Ajuste dos dados passados

A análise das receitas realizadas foi efetuada com base na série histórica do período de 2012 a 2014, observados os seguintes procedimentos:

- a) retirada do efeito variação de preços agregados para todos os anos, levando os valores a preços constantes;
- b) exclusão, se considerado necessário, dos registros atípicos que evidenciavam “picos” ou “vales” nos seus valores, explicados por fenômenos do tipo efeitos cumulativos de um ano para outro, mudanças transitórias de legislação, efeitos cíclicos não repetitivos para o período projetado, entre outros;
- c) manutenção de variações permanentes que pareciam mudar a tendência para cima ou para baixo, com relação aos anos recentes e que permaneceriam no horizonte futuro projetado;
- d) realização do processo de “alisamento” da série, retirando os fenômenos atípicos temporais e incluindo as variações permanentes, buscando-se um ajustamento de tendência através de modelos funcionais distintos, tais como lineares, quadráticos, log-lineares e exponenciais, escolhendo aquele que resultasse na melhor aderência, ou seja, que apresentasse o maior coeficiente de determinação;
- e) inclusão de dados relativos ao Orçamento 2015, se verificado que os valores estavam dentro de um intervalo de confiança da tendência estimada para os anos anteriores; caso extrapolasse o intervalo, explicado pelo erro estatístico, buscou-se examinar se os mesmos estariam relacionados a uma nova atipicidade ou a uma mudança de caráter permanente;
- f) verificação dos números realizados até o primeiro bimestre de 2015, integrando-os, ou não, através de processos de análise, na previsão para 2016-2018.

II - Inclusão de variáveis que afetam o comportamento futuro

a) Efeito PIB

Para as receitas que sofrem influência do PIB, admitiu-se uma elasticidade unitária, de forma que as mesmas capturaram toda variação do PIB. As estimativas do PIB estadual foram elaboradas pela Superintendência de Estudos Econômicos e Sociais - SEI, que levou em conta o cenário que a economia do Estado desenha nesse momento enquanto que, para o PIB Brasil se utilizou as estimativas contidas nos Relatórios do Banco Central do Brasil.

No caso do Estado da Bahia, considerou-se um crescimento real do PIB da ordem de 2,5% em 2016 e de 3,0% e 4,0% nos dois anos seguintes, respectivamente. Esta expectativa assenta-se nos resultados alcançados pela economia baiana em 2014 e na maturação dos investimentos estratégicos. Entretanto, levou-se em conta, também, os ajustes fiscais da União e os riscos advindos da volatilidade da conjuntura internacional. Deste modo, tendo em vista os princípios do equilíbrio fiscal e a gestão responsável das contas públicas, optou-se pelo cenário mais cauteloso.

b) Efeito Expectativa de Inflação

Como expectativa inflacionária para o período 2016-2018, adotou-se a variação na média esperada do Índice Geral de Preços - Disponibilidade Interna (IGP-DI), extraída do Relatório do Banco Central do Brasil - BACEN.

Além destas variáveis, outras também foram consideradas para o cálculo das metas fiscais, conforme estão apresentadas no quadro a seguir.

Parâmetros Macroeconômicos

Parâmetros	2016	2017	2018
IGP - DI (%)	5,5	4,5	4,5
IPCA (%)	5,6	5,5	5,5
INPC (%)	5,5	5,5	5,5
Selic (%)	12,0	12,0	12,0
PIB BR (%)	1,3	1,9	2,4
Câmbio (real/dólar em 31/12)	3,30	3,20	3,30
Salário Mínimo (R\$ 1,00)	854,00	900,1	961,0
PIB Ba (crescimento % anual)	2,5	3,0	4,0
Agropecuária	3,6	3,5	3,4
Indústria	2,0	3,0	4,3
Serviços	2,5	2,9	3,9
Projeção do PIB Ba (R\$ bilhões)	237,8	256,0	278,2

Fonte: Seplan/SEI, Seplan/SPO e BACEN

As receitas provenientes de transferências voluntárias da União foram incluídas no Sistema Informatizado de Planejamento - SIPLAN Integração, diretamente pelos órgãos e entidades públicas estaduais competentes para a negociação e gestão dos recursos correspondentes. Esses valores informados, após serem discutidos e avaliados pelas Secretarias do Planejamento e da Fazenda, foram acatados ou revisados, de forma a garantir a adequação à respectiva série histórica. Este mesmo procedimento foi também adotado para as receitas próprias das entidades da Administração Indireta.

Com relação às receitas de operações de crédito, para o período 2016-2018, incluíram-se as já negociadas e autorizadas pelo Poder Legislativo, bem como aquelas em estudo ou em tramitação na esfera federal, levando-se em conta, em ambos os casos, o grau de endividamento do Estado, nos termos da Lei Complementar Federal nº 101/00, das Resoluções pertinentes do Senado Federal e do Programa de Ajuste Fiscal firmado com o Governo Federal.

Para as demais receitas, observando-se as especificidades de cada item, aplicou-se um dos seguintes modelos de projeção: variação de preços, crescimento vegetativo, orçamento do ano em execução corrigido, realizado do ano anterior corrigido, média de execução dos três últimos anos, dentre outros.

ANEXO I - A2
GOVERNO DO ESTADO DA BAHIA
LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS 2016
ANEXO DE METAS FISCAIS

METAS ANUAIS
(Art. 4º, § 1º, da LC nº 101/00)

Evolução Projetada do Estoque da Dívida - 2015 a 2018
(a preços correntes)

R\$ 1.000,00

Ano	Saldo Projetado			Ativo Financeiro Líquido	Dívida Consolidada Líquida
	Dívida Interna	Dívida Externa	Total		
2015	11.807.718	6.948.050	18.755.768	2.745.000	16.010.768
2016	11.403.670	8.512.633	19.916.303	5.340.000	14.576.303
2017	11.244.741	8.806.388	20.051.129	4.674.000	15.377.129
2018	10.907.911	8.840.128	19.748.039	4.055.000	15.693.039

Fonte: Sefaz / SAF / Depat / Gepub

Evolução Projetada do Estoque da Dívida - 2015 a 2018
(a preços médios esperados 2015) *

R\$ 1.000,00

Ano	Saldo Projetado			Ativo Financeiro Líquido	Dívida Consolidada Líquida
	Dívida Interna	Dívida Externa	Total		
2015	11.807.718	6.948.050	18.755.768	2.745.000	16.010.768
2016	10.809.170	8.068.850	18.878.020	5.061.613	13.816.407
2017	10.199.658	7.987.925	18.187.583	4.239.600	13.947.983
2018	9.468.004	7.673.181	17.141.185	3.519.717	13.621.468

Fonte: Sefaz / SAF / Depat / Gepub

* Corrigida pelo IGP-DI

ANEXO I - B
GOVERNO DO ESTADO DA BAHIA
LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS 2016
ANEXO DE METAS FISCAIS

AVALIAÇÃO DO CUMPRIMENTO DAS METAS FISCAIS DO EXERCÍCIO ANTERIOR
(Art. 4º, § 2º, inciso I, da LC nº 101/00)

A Lei de Responsabilidade Fiscal - LRF estabeleceu, em seu art. 4º, § 2º, inciso I, que o Anexo de Metas Fiscais conterá, além do demonstrativo de metas anuais, a avaliação do cumprimento das metas relativas ao segundo ano anterior (2014) ao ano de referência da LDO (2016).

As metas fiscais do Estado da Bahia para o exercício de 2014 foram originalmente estabelecidas através da Lei nº 12.834, de 10 de julho de 2013 (LDO), que dispôs sobre as diretrizes orçamentárias para aquele exercício. Mudanças no cenário macroeconômico levaram a Lei Orçamentária Anual (LOA) - Lei nº 12.935, de 31 de janeiro de 2014, a incorporar ajustes nas metas fiscais. Os parâmetros fixados na referida LOA são objeto dos comentários a seguir:

Resultado Fiscal

O Resultado Primário, no exercício de 2014, foi de R\$1.128.137 mil. A meta original fixada na LDO foi de superávit primário de R\$(686.416) mil entretanto, na meta estabelecida pela LOA, ocorreram alterações que resultaram em um déficit primário de R\$(949.301) mil.

Metas Fiscais
Exercício de 2014

R\$ 1.000,00			
Descrição	Previsão Atualizada (a)	Realizado (b)	Taxa de Realização %(b/a)
Receitas Fiscais	35.623.533	35.864.618	100,68
Despesas Fiscais	41.636.805	34.736.481	83,43
Resultado Primário	(6.013.272)	1.128.137	(18,76)
Resultado Nominal	1.303.977	493.947	37,88

Fonte: Sefaz / SAF / Copaf

O Resultado Nominal mostra a variação da Dívida Fiscal Líquida entre dois períodos. Com relação ao exercício de 2014, houve um aumento do estoque desta dívida em R\$493.947 mil.

Receita Total

A arrecadação total do Estado no exercício de 2014 atingiu o montante de R\$37.937.831 mil que, comparado ao valor previsto de R\$39.195.473 mil, correspondeu a 96,79% do estimado para o ano. Portanto o valor arrecadado foi inferior ao previsto atualizado na ordem de 3,21%, provocado principalmente pelas receitas de capital, que tiveram uma taxa de realização de 54,97%.

Execução Orçamentária da Receita
Exercício de 2014

R\$ 1.000,00

Receitas	Previsão Atualizada (a)	Realizado (b)	Taxa de Realização %(b/a)
Receitas Correntes	34.367.782	35.283.897	102,67
Receita Tributária	19.887.245	20.251.953	101,83
<i>ICMS</i>	<i>16.960.641</i>	<i>17.345.003</i>	<i>102,27</i>
<i>Outras Tributárias</i>	<i>2.926.604</i>	<i>2.906.950</i>	<i>99,36</i>
Receita de Contribuições	1.988.524	2.001.053	100,63
Receita Patrimonial	865.794	1.545.962	178,56
Receita Agropecuária	926	483	52,11
Receita Industrial	105	0	0,00
Receita de Serviços	140.396	145.111	103,36
Transferências Correntes	12.285.781	12.233.969	99,58
<i>FPE</i>	<i>6.720.765</i>	<i>6.822.364</i>	<i>101,51</i>
<i>Transferências Multigovernamentais - Fundeb</i>	<i>2.848.926</i>	<i>2.764.185</i>	<i>97,03</i>
<i>Outras Transferências</i>	<i>2.716.091</i>	<i>2.647.419</i>	<i>97,47</i>
Outras Receitas Correntes	686.329	799.568	116,50
Conta Retificadora da Receita Orçamentária	(3.916.570)	(4.099.515)	104,67
Receita Intraorçamentária Corrente	2.429.250	2.405.313	99,01
Receitas de Capital	4.827.692	2.653.934	54,97
Operações de Crédito	3.117.896	1.422.046	45,61
Alienação de Bens	14.208	16.767	118,02
Amortização de Empréstimos	177.221	182.397	102,92
Transferências de Capital	1.518.367	1.032.725	68,02
Outras Receitas de Capital	0	0	0
Total	39.195.473	37.937.831	96,79

Fonte: Fiplan / Sefaz / SAF / Copaf

As receitas correntes, que decorrem principalmente dos impostos arrecadados diretamente pelo Estado, alcançaram o valor de R\$35.283.897 mil, correspondendo a 102,67% do valor orçado atualizado.

Contribuindo com a parcela mais significativa, as receitas tributárias em 2014 atingiram o montante de R\$20.251.953 mil, ou seja, 101,83% do valor previsto de R\$19.887.245 mil. O ICMS, principal item da receita estadual, apresentou uma arrecadação de R\$17.345.003 mil, equivalente a 102,27% do valor previsto para o exercício.

As transferências correntes, segunda maior fonte de receita do Estado, representadas principalmente pelas transferências constitucionais da União, figuraram, em seu conjunto, com um total realizado de 99,58% do previsto atualizado, ou seja, inferior em 0,42%. Pode-se destacar, dentre as transferências correntes, o Fundo de Participação dos Estados - FPE, com uma realização total de R\$6.822.364 mil, situando-se 1,51% acima da previsão orçamentária, mesmo considerando-se as desonerações determinadas pelo Governo Federal.

Nas receitas de capital, cuja realização total foi de R\$2.653.934 mil, equivalentes a 54,97% do previsto, a maior participação foi das operações de crédito, com realização de R\$1.422.046 mil, correspondendo a 45,61% do esperado, seguida das transferências de capital, que atingiram o montante de R\$1.032.725 mil, equivalente a 68,02% do previsto.

Despesa Total

A despesa realizada em 2014 totalizou R\$36.314.445 mil, correspondendo a 83,85% do previsto, considerando-se as dotações orçamentárias atualizadas. As despesas correntes representaram 89,98% e as despesas de capital 10,02% do total das despesas, sendo que as primeiras obtiveram uma realização mais destacada, alcançando 92,48% do previsto.

Execução Orçamentária da Despesa Exercício de 2014

R\$ 1.000,00			
Despesas	Dotação Atualizada (a)	Valor Realizado (b)	Taxa de Realização %(b/a)
Despesas Correntes	35.322.058	32.676.847	92,48
Pessoal e Encargos	19.162.337	17.893.409	93,38
Juros e Encargos da Dívida	551.912	543.166	98,42
Outras Despesas Correntes	15.617.808	14.240.272	91,18
<i>Transferências Constitucionais aos Municípios</i>	<i>4.972.302</i>	<i>4.814.879</i>	<i>96,83</i>
<i>Outras Despesas Correntes</i>	<i>10.645.507</i>	<i>9.425.393</i>	<i>88,54</i>
Despesas de Capital	7.960.910	3.637.598	45,69
Investimentos	6.567.910	2.540.216	38,68
Inversões Financeiras	592.266	300.195	50,69
Amortização da Dívida	800.734	797.187	99,56
Reserva de Contingência	15.484	0	0,00
Total	43.308.451	36.314.445	83,85

Fonte: Fiplan / Sefaz / SAF / Copaf

A Lei de Responsabilidade Fiscal estabelece limites para os gastos com pessoal e para o grau de endividamento dos entes, comparativamente à Receita Corrente Líquida. A seguir são apresentados dados que evidenciam a situação do Estado da Bahia.

Despesa de Pessoal e Encargos Sociais

As despesas com pessoal e encargos sociais atingiram, no ano de 2014, o montante de R\$17.893.409 mil, correspondendo a 93,38% do valor orçado para o mesmo período. O quadro a seguir demonstra, por Poder, a relação do gasto de pessoal relativamente à Receita Corrente Líquida (RCL), com base na metodologia e limites estabelecidos pela Lei de Responsabilidade Fiscal, evidenciando que todos os Poderes permaneceram abaixo do limite máximo permitido.

Despesa de Pessoal em Relação à Receita Corrente Líquida
Exercício de 2014

Poder	% Realizado	Limite Prudencial	Limite Legal
Executivo ⁽¹⁾	45,48	46,17	48,60
Legislativo	2,59	3,23	3,40
Judiciário	5,68	5,70	6,00
Ministério Público	1,49	1,90	2,00
Total	55,24	57,00	60,00

Fonte: Fiplan / Sefaz / SAF / Copaf

(1) Inclui o Poder Executivo e a Defensoria Pública. Considerando apenas o Poder Executivo, o percentual foi de 45,03% da RCL.

Dívida Pública

A dívida consolidada do Estado da Bahia em 31.12.2014 registrou um montante de R\$16.911.138 mil, sendo R\$10.079.808 mil referentes à dívida interna e R\$6.831.330 mil correspondentes à dívida externa.

Dívida Consolidada
Exercício de 2014

R\$ 1.000,00		
Tipo	Valor	%
Interna ⁽¹⁾	10.079.808	59,60
Externa	6.831.330	40,40
Total	16.911.138	100,00

Fonte: Fiplan

(1) Incluído o valor de R\$2.212.606 milhões relativo a precatórios (outras)

A relação entre a Dívida Consolidada Líquida - DCL e a Receita Corrente Líquida - RCL correspondeu a 0,44 em 2014. Essa relação não ultrapassou o limite fixado pelo Senado Federal de 2,00 vezes a RCL, conforme os dados em 31.12.2014.

Posição da Dívida Pública
Exercício de 2014

Item	Limite fixado	Situação atual
Relação Dívida Consolidada Líquida / RCL	2,0 vezes	0,44 vez
Operações de crédito realizadas no exercício / RCL	16,0%	5,50%
Garantias concedidas / RCL	22,0%	0,35%

Fonte: Sefaz / Copaf / Relatórios de Gestão Fiscal

A análise do resultado fiscal relativo ao exercício de 2014 demonstra o cumprimento das metas de gestão fiscal.

ANEXO I - C
GOVERNO DO ESTADO DA BAHIA
LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS 2016
ANEXO DE METAS FISCAIS

METAS FISCAIS ATUAIS COMPARADAS COM AS FIXADAS
NOS TRÊS EXERCÍCIOS ANTERIORES
(Art. 4º, § 2º, inciso II, da LC nº 101/00)

R\$ 1.000,00

Especificação	Valores a Preços Correntes					
	2013	2014	2015*	2016	2017	2018
Receita Total	35.233.977	37.937.831	39.091.321	42.674.101	43.596.422	45.951.222
Receitas Primárias (I)	32.048.819	35.864.618	36.896.175	38.870.709	41.168.106	43.739.771
Despesa Total	34.237.808	36.314.445	39.091.321	42.674.101	43.596.422	45.951.222
Despesas Primárias (II)	31.747.943	34.736.481	37.321.210	40.859.499	41.735.393	44.014.791
Resultado Primário (I - II)	300.876	1.128.137	(425.035)	(1.988.790)	(567.287)	(275.020)
Resultado Nominal	259.818	493.947	4.639.653	(1.434.465)	800.826	315.910
Dívida Pública Consolidada	15.033.682	16.911.138	18.755.768	19.916.303	20.051.129	19.748.039
	10.877.167	11.371.115	16.010.768	14.576.303	15.377.129	15.693.039

Especificação	Valores a Preços Constantes**					
	2013	2014	2015*	2016	2017	2018
Receita Total	39.007.473	39.144.657	39.091.321	40.449.402	39.544.584	39.885.398
Receitas Primárias (I)	35.491.263	37.005.494	36.896.175	36.844.289	37.341.955	37.965.871
Despesa Total	37.915.377	37.469.630	39.091.321	40.449.402	39.544.584	39.885.398
Despesas Primárias (II)	35.158.069	35.841.470	37.321.210	38.729.399	37.856.518	38.204.587
Resultado Primário (I - II)	333.194	1.164.024	(425.035)	(1.885.110)	(514.564)	(238.716)
Resultado Nominal	287.726	509.660	4.639.653	(1.359.683)	726.397	274.208
Dívida Pública Consolidada	16.648.488	17.449.092	18.755.768	18.878.020	18.187.583	17.141.185
Dívida Consolidada Líquida	12.045.511	11.732.837	16.010.768	13.816.407	13.947.983	13.621.468

Fonte: Seplan / Sefaz

* Lei Orçamentária Anual de 2015

**Preços médios esperados para 2015 com base na projeção do IGP-DI

A metodologia de cálculo das metas fiscais previstas para o período 2016-2018 encontra-se descrita no Anexo I-A1.

ANEXO I - D1
GOVERNO DO ESTADO DA BAHIA
LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS 2016
ANEXO DE METAS FISCAIS
EVOLUÇÃO DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO
(Art. 4º, § 2º, inciso III, da LC nº 101/00)

R\$ 1,00

Patrimônio Líquido	2014	%	2013	%	2012	%
Patrimônio/Capital	(132.775.868.532)	100	(115.441.717.657)	100	(104.538.814.986)	100
Reservas	0	0	0	0	0	0
Resultado Acumulado	0	0	0	0	0	0
Total	(132.775.868.532)	100	(115.441.717.657)	100	(104.538.814.986)	100

Regime Previdenciário

Patrimônio Líquido	2014	%	2013	%	2012	%
Patrimônio/Capital	(138.171.796.316)	114	(120.944.829.717)	100	(108.909.007.599)	100
Reservas	0	0	0	0	0	0
Resultado Acumulado	0	0	0	0	0	0
Total	(138.171.796.316)	114	(120.944.829.717)	100	(108.909.007.599)	100

Fonte: Sicof (2012) / Fiplan (2013 e 2014) / Sefaz / SAF / Copaf

ANEXO I - D2
GOVERNO DO ESTADO DA BAHIA
LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS 2016
ANEXO DE METAS FISCAIS

ORIGEM E APLICAÇÃO DOS RECURSOS OBTIDOS COM A ALIENAÇÃO DE ATIVOS
(Art. 4º, § 2º, inciso III, da LC nº 101/00)

R\$ 1,00

Receitas Realizadas	2014 (a)	2013 (b)	2012 (c)
Receitas de Capital - Alienação de Ativos (I)	16.767.079	20.175.835	14.435.070
Alienação de Bens Móveis	4.885.835	9.132.888	7.623.713
Alienação de Bens Imóveis	11.881.244	11.042.947	6.811.357

Despesa Executada	2014 (d)	2013 (e)	2012 (f)
Aplicação dos Recursos da Alienação de Ativos (II)	5.133.857	9.936.149	7.016.096
Despesa de Capital	5.133.857	9.936.149	7.016.096
Investimentos	5.133.857	9.936.149	7.016.096
Inversões Financeiras	0	0	0
Amortização da Dívida	0	0	0
Despesa Corrente dos Regimes de Previdência	0	0	0
Regime Geral de Previdência Social	0	0	0
Regime Próprio dos Servidores Públicos	0	0	0

Saldo Financeiro	2014 (g) = (a - d) + h	2013 (h) = (b - e) + i	2012 (i) = (c - f)
Valor	29.291.882	17.658.660	7.418.974

Fonte: Sicof (2012) / Fiplan (2013 e 2014) / Sefaz / SAF / Copaf

ANEXO I - E
GOVERNO DO ESTADO DA BAHIA
LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS 2016
ANEXO DE METAS FISCAIS
AValiação DA SITUAÇÃO Financeira E Atuarial
DO REGIME PRÓPRIO DE PREVIDÊNCIA
(Art. 4º, § 2º, inciso IV, da LC nº 101/00)

A Lei nº 10.955, de 21 de dezembro de 2007, que entrou em vigor no dia 1º de janeiro de 2008, criou, na estrutura da Secretaria da Administração do Estado da Bahia, a Superintendência de Previdência - SUPREV, com a finalidade de gerir, administrar e operacionalizar o Regime Próprio de Previdência Social dos Servidores Públicos do Estado da Bahia, incluindo a arrecadação e gestão dos recursos e a concessão, o pagamento e a manutenção dos benefícios previdenciários.

Com a citada Lei, o Fundo de Custeio da Previdência Social dos Servidores Públicos do Estado da Bahia deixou de integrar a estrutura da Secretaria da Fazenda e passou para a Secretaria da Administração, sendo alterada a sua denominação para Fundo Financeiro da Previdência Social dos Servidores Públicos do Estado da Bahia, porém manteve a sigla FUNPREV. Também com o advento desta Lei foi criado outro fundo, o BAPREV - Fundo Previdenciário dos Servidores Públicos do Estado da Bahia, sendo ambos administrados pela SUPREV.

Os fundos têm por finalidade reunir, arrecadar e capitalizar os recursos econômicos de qualquer natureza a serem utilizados no pagamento dos benefícios previdenciários dos servidores públicos estatutários, civis e militares, de quaisquer dos Poderes do Estado da Bahia, com participação contributiva do Estado como patrocinador e dos funcionários ativos, inativos e pensionistas como participantes.

De acordo com o art. 5º combinado com os arts. 4º e 17 da reportada Lei, as receitas previstas para o BAPREV serão capitalizadas em uma conta exclusiva, a fim de que os seus recursos sejam destinados ao pagamento dos benefícios previdenciários dos servidores públicos estatutários, civis e militares, de quaisquer dos Poderes do Estado da Bahia, que ingressaram no serviço público a partir de 1º de janeiro de 2008.

Já o FUNPREV é constituído de duas contas, segundo o disposto no art. 7º combinado com os arts. 6º e 17 da citada Lei:

- 1) uma conta para o pagamento dos benefícios previdenciários dos servidores públicos estatutários, civis e militares, de quaisquer dos Poderes do Estado da Bahia, ingressos no serviço público até 31 de dezembro de 2007, incluindo seus dependentes, ficando o Governo do Estado encarregado de repassar os recursos para a cobertura do *déficit* previdenciário;
- 2) uma conta capitalizada, que receberá 2% da contribuição patronal e a receita decorrente da compensação financeira entre regimes de previdência, notadamente os valores repassados mensalmente pelo INSS, conta essa que deverá se capitalizar por pelo menos 10 anos, a partir de 1º de janeiro de 2008, com o objetivo de gerar recursos que venham, no futuro, reduzir o impacto do *déficit* previdenciário sobre as contas do Tesouro Estadual, buscando o atingimento do equilíbrio financeiro e atuarial do Regime Próprio de Previdência dos Servidores - RPPS no período compreendido entre 2009 e 2014, os recursos creditados e acumulados nesta conta, desde a sua abertura, foram utilizados para a finalidade exclusiva de pagamentos de benefícios previdenciários a cargo do FUNPREV, consoante autorização

disposta no art. 1º da Lei nº 11.474, de 14 de setembro de 2009 e do art. 20 da Lei nº 12.204, de 18 de março de 2011, tendo sido utilizado entre os exercícios de 2009 e 2014 o valor de R\$1.285.447.477,55.

Receitas e Despesas dos Fundos Previdenciários

Nos quadros abaixo, estão demonstradas as receitas arrecadadas e as despesas executadas do FUNPREV e do BAPREV durante os exercícios de 2013 e 2014, bem como os valores orçados para 2015.

FUNPREV - Receitas e Despesas

	R\$ 1.000,00		
Receita	2013	2014	2015
Receitas Previdenciárias RPPS (exceto intraorçamentárias) (I)	1.343.250	2.007.752	1.942.142
Receita Corrente	1.343.250	2.005.853	1.942.142
Receita de Contribuições dos Segurados	1.049.637	1.077.528	1.645.093
Pessoal Civil	741.682	835.579	1.327.748
Pessoal Militar	307.955	241.949	317.345
Outras Receitas de Contribuições	0	0	0
Receita Patrimonial	9.766	574.564	11.622
Receita de Serviços	0		
Outras Receitas Correntes	283.847	353.761	285.427
Compensação Previdenciária do RGPS para o RPPS	281.588	192.126	208.080
Cota-Parte – Royalties – Lei nº 13.144/14		159.679	77.347
Outras	2.259	1.956	0
Receita de Capital	0	1.899	0
Alienação de Bens, Direitos e Ativos	0	1.899	0
Amortização de Empréstimos	0	0	0
Outras Receitas de Capital	0	0	0
(-) Deduções da Receita	0	0	0
Receitas Previdenciárias RPPS - Intraorçamentárias (II)	1.855.277	1.877.038	1.665.101
Receita Corrente	1.855.277	1.877.343	1.665.101
Receita de Contribuições	1.855.277	1.877.343	1.665.101
Patronal	1.855.277	1.877.343	1.665.101
Pessoal Civil	1.313.882	1.454.217	1.123.706
Pessoal Militar	541.395	423.126	541.395
Cobertura de Déficit Atuarial	0	0	0
Regime de Débitos e Parcelamentos	0	0	0
Receita Patrimonial	0	0	0
Receita Serviços	0	0	0
Outras Receitas Correntes	0	0	0
Receita de Capital	0	0	0
(-) Deduções da Receita	0	(305)	0
Total das Receitas Previdenciárias (III) = (I + II)	3.198.527	3.884.790	3.607.243

continuação

R\$ 1.000,00

Despesa	2013	2014	2015
Despesas Previdenciárias RPPS (exceto intraorçamentárias) (IV)	4.373.160	4.972.393	5.529.896
Administração	0	0	0
Despesa Corrente	0	0	0
Despesa de Capital	0	0	0
Previdência	4.373.160	4.972.393	5.529.896
Pessoal Civil e Militar	4.373.160	4.972.393	5.529.896
Outras Despesas Previdenciárias	0	0	0
Compensação Previdenciária do RPPS para o RGPS	0	0	0
Demais Despesas Previdenciárias	0	0	0
Despesas Previdenciárias RPPS - Intraorçamentárias (V)	0	0	0
Administração	0	0	0
Despesa Corrente	0	0	0
Despesa de Capital	0	0	0
Total das Despesas Previdenciárias (VI) = (IV + V)	4.373.160	4.972.393	5.529.896

Resultado Previdenciário VII = (III - VI)	(1.174.633)	(1.087.603)	(1.922.653)
--	--------------------	--------------------	--------------------

Aportes de Recursos para o RPPS	2013	2014	2015
Plano Financeiro	1.175.774	1.087.603	1.922.653
Recursos para Cobertura de Insuficiências Financeiras	1.175.774	1.087.603	1.922.653
Recursos para Formação de Reserva	0	0	0
Outros Aportes para o RPPS	0	0	0
Plano Previdenciário	0	0	0
Recursos para Cobertura de Déficit Financeiro	0	0	0
Recursos para Cobertura de Déficit Atuarial	0	0	0
Outros Aportes para o RPPS	0	0	0
Total de Aportes para o RPPS	1.175.774	1.087.603	1.922.653

Reserva Orçamentária do RPPS	1.141	0	0
Bens e Direitos do RPPS	0	0	0

Fontes: Balanço Geral do Estado Exercício de 2013 e 2014, Orçamentos 2015.

Nota:

1) Na compensação financeira do RGPS para o RPPS no ano de 2013, além do valor arrecadado no exercício, está sendo registrado também o *superávit* financeiro de anos anteriores no valor de R\$69,9 milhões.

2) No ano de 2013, houve a suplementação no valor de R\$69,87 milhões, sendo R\$68,53 milhões da Fonte 257 e R\$1,34 milhão da Fonte 241, referentes à compensação previdenciária e os recolhimentos da reserva composta de 2% da receita patronal do FUNPREV. Além disso, houve a transferência financeira no valor de R\$340 milhões em razão da liminar concedida na Ação Direta de Inconstitucionalidade nº 0006978-95.2011.8.05.0000 à PM/BA, que determinou a transferência dos policiais militares ingressos no setor público estadual a partir de 01.08.2008 e seus dependentes, antes vinculados ao BAPREV, para o FUNPREV. Essa determinação acarretou na transferência dos recursos acumulados e futuros recolhimentos previdenciários do BAPREV para o FUNPREV a partir de setembro de 2013.

As contribuições patronal e dos segurados, são as principais fontes de financiamento do FUNPREV e representaram 90,80% e 76,06% das receitas arrecadadas em 2013 e 2014 respectivamente,

seguidas pela receita de cessão de direitos e pela compensação previdenciária do RGPS para o RPPS. Para 2015, o orçamento prevê as contribuições patronal e dos segurados em 91,77%. Entretanto, como estas receitas previdenciárias são insuficientes para o pagamento das despesas do Fundo, torna-se necessário o aumento, anualmente, dos aportes de recursos do Tesouro Estadual para cobertura do *déficit*, passando de 26,89% em 2013 para 21,87% em 2014, e estima-se 34,77% em 2015.

Quanto às despesas, ressalte-se a importante participação do Estado no financiamento dos benefícios previdenciários através, não só da contribuição patronal, como também de repasses do Tesouro, que, somados, representou 69,31% e 59,63% em 2013 e 2014 respectivamente, tendo como previsão da ordem de 64,88% para o exercício de 2015.

BAPREV - Receitas e Despesas

R\$ 1.000,00

Receita	2013	2014	2015
Receitas Previdenciárias RPPS (exceto intraorçamentárias) (I)	410.259	187.975	133.704
Receita Corrente	410.259	187.975	133.704
Receita de Contribuições dos Segurados	83.675	104.410	111.654
Pessoal Civil	83.674	104.410	111.654
Pessoal Militar	1	0	0
Outras Receitas de Contribuições	0	0	0
Receita Patrimonial	46.068	85.535	22.050
Receita de Serviços	0	0	0
Outras Receitas Correntes	280.516	0	0
Compensação Previdenciária do RGPS para o RPPS	0	0	0
Outras	280.516	0	0
Receita de Capital	0	0	0
Alienação de Bens, Direitos e Ativos	0	0	0
Amortização de Empréstimos	0	0	0
Outras Receitas de Capital	0	0	0
(-) Deduções da Receita	0	0	0
Receitas Previdenciárias RPPS - Intraorçamentárias (II)	104.610	130.566	139.566
Receita Corrente	104.610	130.566	139.566
Receita de Contribuições	104.610	130.566	139.566
Patronal	104.610	130.566	139.566
Pessoal Civil	104.610	130.564	139.566
Pessoal Militar	0	2	0
Cobertura de Déficit Atuarial	0	0	0
Regime de Débitos e Parcelamentos	0	0	0
Receita Patrimonial	0	0	0
Receita de Serviços	0	0	0
Outras Receitas Correntes	0	0	0
Receita de Capital	0	0	0
(-) Deduções da Receita	0	0	0
Total das Receitas Previdenciárias (III) = (I + II)	514.869	318.541	273.270

continuação

R\$ 1.000,00

Despesa	2013	2014	2015
Despesas Previdenciárias RPPS (exceto intraorçamentárias) (IV)	1.044	947	1.080
Administração	0	0	0
Despesa Corrente	0	0	0
Despesa de Capital	0	0	0
Previdência	1.044	947	1.080
Pessoal Civil e Militar	1.044	947	1.080
Outras Despesas Previdenciárias	0	0	0
Compensação Previdenciária do RPPS para o RGPS	0	0	0
Demais Despesas Previdenciárias	0	0	0
Despesas Previdenciárias RPPS - Intraorçamentárias (V)	280.515	0	0
Administração	0	0	0
Despesa Corrente	280.515	0	0
Despesa de Capital	0	0	0
Total das Despesas Previdenciárias (VI) = (IV + V)	281.559	947	1.080

Resultado Previdenciário VII = (III - VI)	233.310	317.594	272.190
--	----------------	----------------	----------------

Aportes de Recursos para o RPPS	2013	2014	2015
Plano Financeiro	0	0	0
Recursos para Cobertura de Insuficiências Financeiras	0	0	0
Recursos para Formação de Reserva	0	0	0
Outros Aportes para o RPPS	0	0	0
Plano Previdenciário	0	0	0
Recursos para Cobertura de Déficit Financeiro	0	0	0
Recursos para Cobertura de Déficit Atuarial	0	0	0
Outros Aportes para o RPPS	0	0	0
Total de Aportes para o RPPS	0	0	0

Reserva Orçamentária do RPPS	0	0	0
Bens e Direitos do RPPS	0	0	0

Fontes: Balanço Geral do Estado Exercício de 2013 e 2014, Orçamentos 2015.

Obs.: Devido à liminar concedida na Ação Direta de Inconstitucionalidade nº 0006978-95.2011.8.05.0000 à PM, foram transferidos os novos recolhimentos previdenciários e a quantia de R\$340 milhões do BAPREV para o FUNPREV.

Assim como no FUNPREV, as contribuições do patronal e dos servidores foram as principais fontes de financiamento do BAPREV em 2013 e 2014, que representaram 36,57% e 73,78% das receitas deste Fundo. Para o ano de 2015, está prevista a participação de 91,93%.

Importante ressaltar que a totalidade das despesas do FUNPREV e do BAPREV é com o pagamento de inativos e pensionistas, uma vez que as despesas correntes e de capital destes Fundos foram consignados no orçamento da Secretaria da Administração a partir do advento da Lei nº 10.955/07.

Avaliação Atuarial dos Fundos Previdenciários

A avaliação atuarial é um estudo técnico baseado em levantamento de dados estatísticos em que se busca mensurar os recursos necessários à garantia dos benefícios oferecidos pelo sistema de previdência. O exercício se fundamenta na adoção de premissas, hipóteses de ocorrências admissíveis e variáveis a ponderar, que sensibilizam os resultados e, tudo isso, projetado para um horizonte de 75 anos.

Nas previsões, dentre os principais elementos, leva-se em conta a legislação vigente, benefícios admissíveis, massa de segurados, expectativas de vida e, usualmente, as seguintes variáveis de ponderação: tábua de mortalidade, tábua de invalidez, taxa de *turn-over*, previsibilidade de crescimento real do salário, inexistência de solidariedade de gerações no financiamento dos benefícios, arbitramento de uma idade para início dos trabalhos, taxa real de retorno na aplicação do patrimônio financeiro e indexador do sistema atuarial. Ao final, o que se tem é uma previsão que expressa o montante, em valor presente, do que o sistema previdenciário deveria ter em caixa para saldar de uma só vez todo o estoque de benefícios existentes.

Projeção Atuarial do Regime Próprio de Previdência dos Servidores

FUNPREV Posição em 31/12/2013

R\$ 1,00					
Exercício	Receitas Previdenciárias (a)	Despesas Previdenciárias (b)	Resultado Previdenciário (c) = (a - b)	Saldo Financeiro do Exercício (d) = (d exercício anterior + (c)	Resultado Acumulado Capitalizado Fundo de Previdência
2015	6.710.938.222,42	6.710.938.222,42	0,00	15.664.593,70	215.237.741,56
2016	6.924.344.824,44	6.924.344.824,44	0,00	15.664.593,70	416.049.583,65
2017	7.210.573.297,48	7.210.573.297,48	0,00	15.664.593,70	624.014.903,47
2018	7.456.477.365,48	7.456.477.365,48	0,00	15.664.593,70	839.464.459,66
2019	7.660.437.056,98	7.660.437.056,98	0,00	15.664.593,70	1.063.307.611,09
2020	7.882.963.498,31	7.882.963.498,31	0,00	15.664.593,70	1.294.854.611,54
2021	8.064.364.909,41	8.064.364.909,41	0,00	15.664.593,70	1.534.329.046,13
2022	8.227.872.072,69	8.227.872.072,69	0,00	15.664.593,70	1.781.817.487,47
2023	8.384.840.229,49	8.384.840.229,49	0,00	15.664.593,70	2.037.229.131,84
2024	8.565.104.845,34	8.565.104.845,34	0,00	15.664.593,70	2.300.209.556,48
2025	8.692.361.985,70	8.692.361.985,70	0,00	15.664.593,70	2.571.916.744,98
2026	8.850.312.019,51	8.850.312.019,51	0,00	15.664.593,70	2.852.363.988,57
2027	9.025.161.750,49	9.025.161.750,49	0,00	15.664.593,70	3.140.819.375,02
2028	9.108.311.302,36	9.108.311.302,36	0,00	15.664.593,70	3.438.953.440,97
2029	9.174.146.692,14	9.174.146.692,14	0,00	15.664.593,70	3.747.708.622,59
2030	9.235.795.331,98	9.235.795.331,98	0,00	15.664.593,70	4.067.717.640,96
2031	9.299.193.547,22	9.299.193.547,22	0,00	15.664.593,70	4.399.516.626,46
2032	9.353.813.858,85	9.353.813.858,85	0,00	15.664.593,70	4.743.894.356,71
2033	9.377.449.082,38	9.377.449.082,38	0,00	15.664.593,70	5.102.310.448,86
2034	9.387.046.678,45	9.387.046.678,45	0,00	15.664.593,70	5.476.071.727,10
2035	9.363.141.578,54	9.363.141.578,54	0,00	15.664.593,70	5.866.971.181,70
Continuação					R\$ 1,00

Exercício	Receitas Previdenciárias (a)	Despesas Previdenciárias (b)	Resultado Previdenciário (c) = (a - b)	Saldo Financeiro do Exercício (d) = (d exercício anterior + (c))	Resultado Acumulado Capitalizado Fundo de Previdência
2036	9.331.267.248,86	9.331.267.248,86	0,00	15.664.593,70	6.276.436.018,18
2037	9.289.834.945,75	9.289.834.945,75	0,00	15.664.593,70	6.705.886.202,98
2038	9.236.760.690,74	9.236.760.690,74	0,00	15.664.593,70	7.156.910.824,80
2039	9.168.347.459,08	9.168.347.459,08	0,00	15.664.593,70	7.630.807.527,35
2040	9.097.632.699,36	9.097.632.699,36	0,00	15.664.593,70	8.129.032.059,99
2041	9.023.789.284,97	9.023.789.284,97	0,00	15.664.593,70	8.653.202.735,97
2042	8.944.160.865,61	8.944.160.865,61	0,00	15.664.593,70	9.205.126.376,03
2043	8.856.680.685,85	8.856.680.685,85	0,00	15.664.593,70	9.786.811.520,58
2044	8.764.128.243,25	8.764.128.243,25	0,00	15.664.593,70	10.400.345.739,93
2045	8.673.477.113,78	8.673.477.113,78	0,00	15.664.593,70	11.047.745.501,04
2046	8.580.377.771,61	8.580.377.771,61	0,00	15.664.593,70	11.731.214.101,67
2047	8.482.268.531,83	8.482.268.531,83	0,00	15.664.593,70	12.453.260.984,61
2048	8.376.642.484,37	8.376.642.484,37	0,00	15.664.593,70	13.216.597.380,54
2049	8.263.367.852,76	8.263.367.852,76	0,00	15.664.593,70	14.024.152.274,29
2050	8.148.923.335,73	8.148.923.335,73	0,00	15.664.593,70	14.878.860.560,46
2051	7.891.353.580,08	7.891.353.580,08	0,00	15.664.593,70	15.783.795.781,84
2052	7.644.409.167,52	7.644.409.167,52	0,00	15.664.593,70	16.742.147.920,83
2053	7.407.576.328,53	7.407.576.328,53	0,00	15.664.593,70	17.757.229.229,21
2054	7.180.474.103,07	7.180.474.103,07	0,00	15.664.593,70	18.832.502.458,91
2055	6.962.743.874,61	6.962.743.874,61	0,00	15.664.593,70	19.971.635.503,49
2056	6.753.941.715,22	6.753.941.715,22	0,00	15.664.593,70	21.178.491.119,60
2057	6.553.812.796,26	6.553.812.796,26	0,00	15.664.593,70	22.457.136.588,86
2058	6.361.974.836,24	6.361.974.836,24	0,00	15.664.593,70	23.811.894.072,43
2059	6.178.100.930,13	6.178.100.930,13	0,00	15.664.593,70	25.247.341.289,21
2060	6.001.912.241,06	6.001.912.241,06	0,00	15.664.593,70	26.768.330.625,41
2061	5.817.659.694,11	5.817.659.694,11	0,00	15.664.593,70	28.380.009.538,79
2062	5.640.809.953,07	5.640.809.953,07	0,00	15.664.593,70	30.087.838.411,05
2063	5.471.188.228,06	5.471.188.228,06	0,00	15.664.593,70	31.897.602.513,22
2064	5.308.448.492,82	5.308.448.492,82	0,00	15.664.593,70	33.815.445.438,63
2065	5.152.438.246,87	5.152.438.246,87	0,00	15.664.593,70	35.847.873.284,33
2066	5.002.832.861,88	5.002.832.861,88	0,00	15.664.593,70	38.001.794.069,81
2067	4.859.463.857,78	4.859.463.857,78	0,00	15.664.593,70	40.284.524.188,77
2068	4.722.062.848,50	4.722.062.848,50	0,00	15.664.593,70	42.703.827.279,18
2069	7.967.549,68	4.580.835.247,55	(4.572.867.697,86)	(4.557.203.104,16)	40.556.003.187,14
2070	6.602.851,43	4.424.481.049,45	(4.417.878.198,02)	(8.975.081.302,19)	38.438.948.834,40
2071	5.386.403,03	4.276.196.652,57	(4.270.810.249,54)	(13.245.891.551,72)	36.346.351.207,44
2072	4.323.069,36	4.135.562.238,32	(4.131.239.168,96)	(17.377.130.720,68)	34.271.955.935,87
2073	3.401.462,22	3.971.294.010,28	(3.967.892.548,06)	(21.345.023.268,74)	32.241.343.967,51
2074	2.626.157,78	3.800.324.436,50	(3.797.698.278,73)	(25.142.721.547,47)	30.264.195.378,47
2075	1.985.144,04	3.623.859.947,39	(3.621.874.803,34)	(28.764.596.350,81)	28.349.516.053,74

Exercício	Receitas Previdenciárias (a)	Despesas Previdenciárias (b)	Resultado Previdenciário (c) = (a - b)	Saldo Financeiro do Exercício (d) = (d exercício anterior + (c))	Resultado Acumulado Capitalizado Fundo de Previdência
2076	1.465.837,03	3.441.141.585,16	(3.439.675.748,13)	(32.204.272.098,94)	26.507.620.996,39
2077	1.454.110,34	3.259.107.235,86	(3.257.653.125,53)	(35.461.925.224,46)	24.742.695.536,88
2078	1.442.477,46	3.076.446.873,87	(3.075.004.396,42)	(38.536.929.620,88)	23.060.002.740,79
2079	1.430.937,64	2.895.049.682,47	(2.893.618.744,84)	(41.430.548.365,71)	21.463.175.598,06
2080	1.419.490,14	2.716.739.074,19	(2.715.319.584,05)	(44.145.867.949,77)	19.954.186.962,36
2081	1.408.134,21	2.543.196.028,86	(2.541.787.894,65)	(46.687.655.844,42)	18.533.396.648,62
2082	1.396.869,14	2.375.897.049,51	(2.374.500.180,37)	(49.062.156.024,79)	17.199.665.261,75
2083	1.385.694,19	2.216.069.108,57	(2.214.683.414,38)	(51.276.839.439,17)	15.950.521.260,64
2084	1.374.608,63	2.064.662.556,80	(2.063.287.948,17)	(53.340.127.387,34)	14.782.365.949,66
2085	1.363.611,76	1.922.341.614,63	(1.920.978.002,86)	(55.261.105.390,21)	13.690.700.563,70
2086	1.352.702,87	1.789.490.878,69	(1.788.138.175,82)	(57.049.243.566,03)	12.670.360.276,42
2087	1.341.881,25	1.666.235.344,96	(1.664.893.463,71)	(58.714.137.029,74)	11.715.741.625,38
2088	1.331.146,20	1.552.470.829,57	(1.551.139.683,37)	(60.265.276.713,12)	10.821.012.249,03
2089	1.320.497,03	1.447.901.378,65	(1.446.580.881,62)	(61.711.857.594,74)	9.980.294.675,90

Fonte: Relatório de Avaliação Atuarial - ETA - Escritório Técnico de Assessoria Atuarial S/S Ltda.

BAPREV
Posição em 31/12/2013

R\$ 1,00

Exercício	Receitas Previdenciárias (a)	Despesas Previdenciárias (b)	Resultado Previdenciário (c) = (a - b)	Saldo Financeiro do Exercício (d) = (d exercício anterior + (c))	Resultado Acumulado Capitalizado Fundo de Previdência
2015	237.048.373,02	5.356.166,96	231.692.206,06	1.221.132.380,24	1.287.449.556,88
2016	239.418.856,75	8.114.215,11	231.304.641,64	1.452.437.021,88	1.602.940.311,18
2017	241.813.045,32	11.131.962,61	230.681.082,71	1.683.118.104,60	1.936.718.245,04
2018	244.231.175,77	14.353.058,28	229.878.117,49	1.912.996.222,09	2.289.695.800,76
2019	246.673.487,53	18.089.381,53	228.584.106,00	2.141.580.328,09	2.662.519.177,99
2020	249.140.222,41	21.593.601,75	227.546.620,65	2.369.126.948,74	3.056.643.347,94
2021	251.631.624,63	25.026.667,30	226.604.957,33	2.595.731.906,08	3.473.445.054,87
2022	254.147.940,88	29.185.928,09	224.962.012,79	2.820.693.918,87	3.913.562.631,34
2023	256.689.420,28	33.487.302,57	223.202.117,71	3.043.896.036,58	4.378.274.570,46
2024	259.256.314,49	38.566.433,56	220.689.880,93	3.264.585.917,50	4.868.281.622,04
2025	261.848.877,63	43.885.897,63	217.962.980,00	3.482.548.897,50	5.384.880.388,77
2026	264.467.366,41	49.125.369,00	215.341.997,40	3.697.890.894,91	5.929.775.469,42
2027	267.112.040,07	55.291.533,58	211.820.506,49	3.909.711.401,40	6.503.737.119,27
2028	269.783.160,47	95.225.220,04	174.557.940,44	4.084.269.341,84	7.073.756.025,07
2029	272.480.992,08	119.984.315,23	152.496.676,85	4.236.766.018,68	7.655.252.963,73

Continuação

R\$ 1,00

Exercício	Receitas Previdenciárias (a)	Despesas Previdenciárias (b)	Resultado Previdenciário (c) = (a - b)	Saldo Financeiro do Exercício (d) = (d exercício anterior + (c))	Resultado Acumulado Capitalizado Fundo de Previdência
2030	275.205.802,00	167.573.843,07	107.631.958,93	4.344.397.977,61	8.225.429.059,25
2031	277.957.860,02	245.591.546,78	32.366.313,23	4.376.764.290,84	8.752.292.105,44
2032	280.737.438,62	342.411.629,96	(61.674.191,34)	4.315.090.099,50	9.213.905.214,68
2033	283.544.813,00	405.448.842,42	(121.904.029,42)	4.193.186.070,08	9.641.178.377,26
2034	286.380.261,13	460.070.718,33	(173.690.457,20)	4.019.495.612,89	10.040.747.908,98
2035	289.244.063,75	506.658.949,18	(217.414.885,44)	3.802.080.727,45	10.419.255.451,52
2036	292.136.504,38	557.524.902,01	(265.388.397,63)	3.536.692.329,82	10.771.060.729,05
2037	295.057.869,43	608.166.637,42	(313.108.767,99)	3.223.583.561,83	11.094.822.341,77
2038	298.008.448,12	655.342.543,43	(357.334.095,31)	2.866.249.466,53	11.392.457.564,11
2039	300.988.532,60	696.637.040,97	(395.648.508,37)	2.470.600.958,16	11.668.487.054,34
2040	303.998.417,93	733.846.113,27	(429.847.695,34)	2.040.753.262,82	11.925.853.151,40
2041	307.038.402,11	765.623.112,88	(458.584.710,77)	1.582.168.552,05	12.169.062.088,39
2042	310.108.786,13	799.432.665,06	(489.323.878,93)	1.092.844.673,11	12.395.202.218,39
2043	313.209.873,99	821.207.233,58	(507.997.359,59)	584.847.313,53	12.615.677.071,12
2044	316.341.972,73	835.298.141,31	(518.956.168,57)	65.891.144,95	12.838.092.841,76
2045	319.505.392,46	845.963.456,27	(526.458.063,81)	(460.566.918,86)	13.066.126.606,53
2046	322.700.446,38	853.659.144,32	(530.958.697,94)	(991.525.616,80)	13.303.206.744,05
2047	325.927.450,85	858.307.969,89	(532.380.519,04)	(1.523.906.135,84)	13.553.047.214,08
2048	329.186.725,35	857.503.880,11	(528.317.154,76)	(2.052.223.290,60)	13.822.063.377,52
2049	332.478.592,61	855.010.034,86	(522.531.442,25)	(2.574.754.732,85)	14.113.179.794,66
2050	335.803.378,53	851.586.050,06	(515.782.671,52)	(3.090.537.404,37)	14.428.714.430,67
2051	339.161.412,32	861.637.935,96	(522.476.523,64)	(3.613.013.928,02)	14.756.286.477,15
2052	342.553.026,44	871.761.083,18	(529.208.056,74)	(4.142.221.984,76)	15.096.579.367,34
2053	345.978.556,71	881.956.197,37	(535.977.640,66)	(4.678.199.625,42)	15.450.317.159,50
2054	349.438.342,27	892.224.086,82	(542.785.744,55)	(5.220.985.369,97)	15.818.266.872,18
2055	352.932.725,70	902.565.567,51	(549.632.841,81)	(5.770.618.211,77)	16.201.241.057,45
2056	356.462.052,95	912.981.368,01	(556.519.315,06)	(6.327.137.526,83)	16.600.100.626,39
2057	360.026.673,48	923.472.383,22	(563.445.709,74)	(6.890.583.236,57)	17.015.757.582,94
2058	363.626.940,22	934.039.389,12	(570.412.448,90)	(7.460.995.685,47)	17.449.178.215,55
2059	367.263.209,62	944.683.201,33	(577.419.991,71)	(8.038.415.677,18)	17.901.386.317,03
2060	370.935.841,72	955.404.675,23	(584.468.833,51)	(8.622.884.510,69)	18.373.466.597,53
2061	374.645.200,13	966.204.674,32	(591.559.474,18)	(9.214.443.984,87)	18.866.568.334,98
2062	378.391.652,14	977.084.006,90	(598.692.354,76)	(9.813.136.339,63)	19.381.909.309,67
2063	382.175.568,66	988.043.616,34	(605.868.047,68)	(10.419.004.387,32)	19.920.779.779,14
2064	385.997.324,34	999.084.295,92	(613.086.971,58)	(11.032.091.358,90)	20.484.546.985,16
2065	389.857.297,59	1.010.207.005,83	(620.349.708,25)	(11.652.441.067,14)	21.074.659.604,78
2066	393.755.870,56	1.021.412.556,33	(627.656.685,77)	(12.280.097.752,91)	21.692.652.794,72
2067	397.693.429,27	1.032.701.893,08	(635.008.463,81)	(12.915.106.216,71)	22.340.153.244,68
2068	401.670.363,56	1.044.075.875,36	(642.405.511,79)	(13.557.511.728,51)	23.018.884.762,22
2069	405.687.067,20	1.055.535.434,64	(649.848.367,45)	(14.207.360.095,96)	23.730.674.029,48

Continuação

R\$ 1,00

Exercício	Receitas Previdenciárias (a)	Despesas Previdenciárias (b)	Resultado Previdenciário (c) = (a - b)	Saldo Financeiro do Exercício (d) = (d exercício anterior + (c))	Resultado Acumulado Capitalizado Fundo de Previdência
2070	409.743.937,87	1.067.081.447,91	(657.337.510,04)	(14.864.697.605,99)	24.477.456.835,91
2071	413.841.377,25	1.078.714.832,78	(664.873.455,53)	(15.529.571.061,53)	25.261.284.586,86
2072	417.979.791,02	1.090.436.484,28	(672.456.693,26)	(16.202.027.754,79)	26.084.331.268,02
2073	422.159.588,93	1.102.247.338,25	(680.087.749,32)	(16.882.115.504,11)	26.948.900.762,30
2074	426.381.184,82	1.114.148.308,11	(687.767.123,29)	(17.569.882.627,40)	27.857.434.671,04
2075	430.644.996,67	1.126.140.316,61	(695.495.319,94)	(18.265.377.947,34)	28.812.520.571,77
2076	434.951.446,63	1.138.222.330,91	(703.270.884,27)	(18.968.648.831,62)	29.816.902.795,27
2077	439.300.961,10	1.150.399.824,93	(711.098.863,83)	(19.679.747.695,44)	30.873.485.133,25
2078	443.693.970,71	1.162.671.024,33	(718.977.053,62)	(20.398.724.749,07)	31.985.347.876,01
2079	448.130.910,42	1.175.036.921,88	(726.906.011,46)	(21.125.630.760,52)	33.155.755.556,77
2080	452.612.219,52	1.187.498.520,12	(734.886.300,60)	(21.860.517.061,12)	34.388.168.000,56
2081	457.138.341,72	1.200.056.831,54	(742.918.489,82)	(22.603.435.550,94)	35.686.252.036,08
2082	461.709.725,14	1.212.712.878,62	(751.003.153,49)	(23.354.438.704,42)	37.053.893.910,16
2083	466.326.822,39	1.225.467.693,98	(759.140.871,60)	(24.113.579.576,02)	38.495.212.447,02
2084	470.990.090,61	1.238.322.320,45	(767.332.229,84)	(24.880.911.805,86)	40.014.572.997,11
2085	475.699.991,52	1.251.277.811,16	(775.577.819,64)	(25.656.489.625,49)	41.616.602.222,71
2086	480.456.991,43	1.264.335.229,67	(783.878.238,24)	(26.440.367.863,73)	43.306.203.770,69
2087	485.261.561,35	1.277.495.650,09	(792.234.088,74)	(27.232.601.952,48)	45.088.574.885,52
2088	490.114.176,96	1.290.760.157,13	(800.645.980,17)	(28.033.247.932,65)	46.969.224.019,07
2089	495.015.318,73	1.304.129.846,27	(809.114.527,54)	(28.842.362.460,19)	48.953.989.496,85

Fonte: Relatório de Avaliação Atuarial - ETA - Escritório Técnico de Assessoria Atuarial S/S Ltda.

Provisão Matemática de benefícios

A reserva matemática representa o montante de recursos necessários para manutenção dos benefícios aos níveis atuais de contribuição. Diante da existência de *déficit* técnico, a sua cobertura deverá ser feita ao longo do tempo, através das contribuições dos beneficiários, da contribuição patronal e por aportes adicionais do Tesouro, em valores crescentes, o que já vem ocorrendo com o FUNPREV, conforme demonstrado no quadro de receita e despesa dos fundos previdenciários, sob o título Repasses do Tesouro Estadual.

Provisão Matemática de Benefícios
Posição em 31/12/2013

FUNPREV

R\$ 1.000,00

Benefício	Nº de beneficiários	Valor mensal do benefício	Provisão matemática
Benefícios já concedidos	110.464	377.341	88.551.445
Aposentadorias	89.671	325.072	76.087.377
Pensão por morte	20.793	52.269	12.464.068
Benefícios a conceder	115.229	590.863	50.087.049
Aposentadorias e Pensões	115.229	590.863	50.087.049
Total do Passivo Atuarial	-	-	138.638.494

Fonte: Relatório de Avaliação Atuarial - ETA - Escritório Técnico de Assessoria Atuarial S/S Ltda.

BAPREV

R\$ 1.000,00

Benefício	Nº de beneficiários	Valor mensal do benefício	Provisão matemática
Benefícios já concedidos	30	66	13.088
Pensão por morte	11	21	3.709
Aposentadorias	19	45	9.379
Benefícios a conceder	16.410	67.535	523.418
Aposentadorias e Pensões	16.410	67.535	523.418
Total do Passivo Atuarial	-	-	536.506

Fonte: Relatório de Avaliação Atuarial - ETA - Escritório Técnico de Assessoria Atuarial S/S Ltda.

O Fundo de Previdência é representado pelo valor patrimonial acumulado para fazer frente aos pagamentos dos benefícios já concedidos e a conceder. O FUNPREV e o BAPREV apresentavam, em 31/12/2014, respectivamente, a situação descrita nos quadros seguintes.

FUNPREV

R\$ 1.000,00

Item	Valor
Fundo de Previdência	0
Provisão Matemática	138.638.494
Outros Créditos	138.638.494
Equilíbrio Técnico	0

Fonte: Relatório de Avaliação Atuarial - ETA - Escritório Técnico de Assessoria Atuarial S/S Ltda.

BAPREV

R\$ 1.000,00

Item	Valor
Fundo de Previdência	989.446
Provisão Matemática	536.506
Superávit Técnico Total	452.940

Fonte: Relatório de Avaliação Atuarial - ETA - Escritório Técnico de Assessoria Atuarial S/S Ltda.

ANEXO I - F1
GOVERNO DO ESTADO DA BAHIA
LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS 2016
ANEXO DE METAS FISCAIS

DEMONSTRATIVO DA ESTIMATIVA E COMPENSAÇÃO DA RENÚNCIA DE RECEITA
(Art. 4º, § 2º, inciso V, da LC nº 101/00)

R\$1,00

Tributo	Modalidade	Programa	2016	2017	2018	Compensação
ICMS	Crédito presumido	Informática	565	579	594	
ICMS	Crédito presumido	FazBahia	17.520	17.958	18.407	
ICMS	Crédito presumido	Programa de Desenvolvimento do Algodão - Proalba	29.027	29.753	30.497	
ICMS	Financeiro e crédito presumido	Programa Automotivo da Bahia - Proauto	366.199	403.986	443.148	
ICMS	Crédito presumido e redução da base de cálculo	Outros de Natureza Fiscal	125.261	128.392	131.602	
ICMS	Dilatação de pagamento e financeiro	Programa de Desenvolvimento Industrial e Integração Econômica do Estado da Bahia - Desenvolve	2.783.573	2.853.163	2.924.492	
Total			3.322.145	3.433.832	3.548.740	

Fonte: Sefaz / SAT / DPF

Notas:

1. O cálculo teve como parâmetro a renúncia efetiva apurada no ano de 2014;
2. Para o Desenvolve, considerou-se a média de renúncia por empresa no 3º quadrimestre de 2014, mais um incremento relacionado ao número de empresas beneficiárias deste programa, que se tornou a principal ferramenta de atração e ampliação de empresas industriais do Estado;
3. Para o Proauto, tomou-se a renúncia da principal empresa beneficiária do programa em 2014, em que operou com certa capacidade ociosa, e projetou-se, em função das previsões do mercado automobilístico, a manutenção de produção em 2015 e um crescimento de 2,5% para os anos seguintes;
4. Os benefícios da principal empresa do Proauto foram parcialmente renovados no final de 2014, o que reduziu a renúncia estimada em relação aos períodos anteriores;
5. Para os anos seguintes a 2014, considerou-se um incremento anual de 2,5%.

Com relação às medidas de compensação à renúncia de receita, vale ressaltar que, na estimativa das receitas orçamentárias para o exercício de 2016, estas renúncias já foram expurgadas para o cálculo dos tributos correspondentes e, desse modo, não se observará impacto na receita.

Quanto à compensação para as despesas obrigatórias de caráter continuado, esta se dará pela ampliação da base de cálculo refletida pelo crescimento real da atividade econômica, cujo cálculo está explicitado no Anexo I - F2 das Metas Anuais desta proposta.

ANEXO I - F2
GOVERNO DO ESTADO DA BAHIA
LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS 2016
ANEXO DE METAS FISCAIS

DEMONSTRATIVO DA MARGEM DE EXPANSÃO DAS DESPESAS
OBRIGATÓRIAS DE CARÁTER CONTINUADO

(Art. 4º, § 2º, inciso V, da LC nº 101/00)

Margem de Expansão das Despesas Obrigatórias de Caráter Continuado

R\$ 1.000,00	
Evento	Valor Previsto 2016
Aumento Permanente da Receita	1.578.843
<i>(-) Aumento referente a transferências constitucionais</i>	373.436
<i>(-) Aumento referente a transferências do Fundeb</i>	225.243
<i>(-) Recursos vinculados ao Fundeb</i>	47.004
Saldo Final do Aumento Permanente de Receita (I)	933.161
Margem Bruta (II) = (I)	933.161
Saldo Utilizado da Margem Bruta (III)	929.577
<i>Impacto de novas despesas obrigatórias de caráter continuado</i>	262.711
<i>Impacto do aumento do salário mínimo</i>	666.866
Margem Líquida de Expansão de DOCC (IV) = (II) - (III)	3.583

Fonte: Seplan / Saeb

Como exigência introduzida pela Lei de Responsabilidade Fiscal, essa estimativa busca assegurar que nenhuma despesa classificada como obrigatória de caráter continuado seja criada sem a devida fonte de financiamento responsável por sua integral cobertura. Conforme o art. 17 da referida Lei, considera-se despesa obrigatória de caráter continuado aquela de natureza corrente derivada de lei, medida provisória ou ato administrativo normativo que fixe para o Estado a obrigação de sua execução por um período superior a dois exercícios.

Para o exercício de 2016, a referida cobertura ocorrerá pelo aumento permanente de receita, considerando o crescimento real da atividade econômica refletido diretamente na arrecadação de Impostos.

Para esta apuração, foram considerados: como taxa de crescimento esperada para o PIB/Ba, 2,5%, e como expectativa de inflação média, 5,5%. A margem para cobertura obtida, excluídas as transferências obrigatórias, foi de R\$933.161 milhões.

Considerando R\$666.866 milhões como impacto relativo ao aumento do salário mínimo e R\$262.711 milhões relativo a novas despesas de pessoal, obtém-se um saldo líquido de R\$3,6 milhões, conforme demonstrado no quadro acima.